

PARCERIA ESCOLA E FAMÍLIA: ELEMENTO CHAVE PARA O SUCESSO ESCOLAR

SCHOOL AND FAMILY PARTNERSHIP: A KEY ELEMENT FOR SCHOOL SUCCESS

**LA COLABORACIÓN ENTRE LA ESCUELA Y LA FAMILIA: UN ELEMENTO CLAVE
PARA EL ÉXITO ESCOLAR**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n7-342>

Data de submissão: 29/06/2025

Data de publicação: 29/07/2025

Marcirene Chagas Sampaio

Mestranda em Ciências da Educação

Instituição: Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

E-mail: marcirene_sampaio@hotmail.com

Aylla Lorena Gomes Lôbo Palma

Doutora em Ciências da Educação

Instituição: Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

E-mail: lobo.aylla@gmail.com

Flávia Baião Soares Moyses

Doutoranda em Ciências da Educação

Instituição: Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

E-mail: flaviabaiaosoares@hotmail.com

Gilmar da Silva Araújo

Mestre em Ensino de Física

Instituição: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)

E-mail: gilmarfisi@gmail.com

Débora Cristina Marques de Moraes

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação

Instituição: MUST University

E-mail: deboraalimenko@hotmail.com

RESUMO

Este artigo teve como objetivo analisar, à luz da literatura educacional, os fundamentos, os entraves e as estratégias relacionadas à parceria entre escola e família no contexto da formação do educando. A temática desenvolvida abordou a articulação entre essas duas instituições como fator determinante para o sucesso escolar, reconhecendo que o acompanhamento familiar do percurso educacional contribui para a manutenção do vínculo escolar, favorecendo o rendimento nas atividades pedagógicas e o fortalecimento das interações interpessoais no ambiente educativo. A investigação foi conduzida por meio de uma pesquisa bibliográfica, com base na leitura, seleção e análise crítica de fontes teóricas publicadas entre os anos de 1997 e 2025, disponíveis na base Google Acadêmico. Foram considerados autores com produção consolidada no campo da educação, cujas contribuições permitiram compreender, de forma aprofundada, os desafios e possibilidades dessa relação institucional. Os resultados evidenciaram que o vínculo entre escola e família encontra-se fragilizado por fatores como a ausência de canais de comunicação eficazes, a sobrecarga de trabalho dos responsáveis, a falta de

formação dos profissionais da educação para lidar com a diversidade familiar e a persistência de modelos de gestão excluientes. Em contrapartida, identificaram-se estratégias de aproximação, como a criação de espaços de escuta, o estímulo à participação nos processos decisórios e a valorização dos saberes familiares. Concluiu-se que o fortalecimento de vínculos colaborativos entre escola e responsáveis exige planejamento deliberado, qualificação dos profissionais da educação e reestruturação das dinâmicas institucionais.

Palavras-chave: Corresponsabilidade. Mediação Escolar. Participação Comunitária. Formação Cidadã. Vínculo Educacional.

ABSTRACT

This article aimed to analyze, in light of educational literature, the foundations, obstacles, and strategies related to the partnership between school and family in the context of student development. The topic addressed the articulation between these two institutions as a determining factor for academic success, recognizing that family involvement in the educational process contributes to the maintenance of school engagement, enhances performance in pedagogical activities, and strengthens interpersonal interactions within the educational environment. The investigation was conducted through bibliographic research, based on the reading, selection, and critical analysis of theoretical sources published between 1997 and 2025, available on the Google Scholar database. Authors with consolidated work in the field of education were considered, whose contributions enabled an in-depth understanding of the challenges and possibilities inherent to this institutional relationship. The results showed that the bond between school and family is weakened by factors such as the lack of effective communication channels, the work overload of guardians, the insufficient training of education professionals to address family diversity, and the persistence of exclusionary management models. On the other hand, strategies for rapprochement were identified, such as the creation of listening spaces, encouragement of participation in decision-making processes, and the appreciation of family knowledge. It was concluded that strengthening collaborative ties between school and guardians requires deliberate planning, qualification of education professionals, and restructuring of institutional dynamics.

Keywords: Co-responsibility. School Mediation. Community Participation. Civic Education. Educational Bond.

RESUMEN

Este artículo tuvo como objetivo analizar, a la luz de la literatura educativa, los fundamentos, obstáculos y estrategias relacionados con la colaboración entre la escuela y la familia en el contexto del desarrollo estudiantil. El tema abordó la conexión entre estas dos instituciones como factor determinante para el éxito académico, reconociendo que el apoyo familiar a lo largo de la trayectoria educativa contribuye a mantener el vínculo escolar, fomentar el desempeño en las actividades pedagógicas y fortalecer las interacciones interpersonales en el entorno educativo. La investigación se realizó mediante una búsqueda bibliográfica, basada en la lectura, selección y análisis crítico de fuentes teóricas publicadas entre 1997 y 2025, disponibles en Google Scholar. Se consideraron autores con una trayectoria consolidada en el campo de la educación, cuyas contribuciones permitieron una comprensión profunda de los desafíos y las posibilidades de esta relación institucional. Los resultados destacaron que el vínculo entre la escuela y la familia se ve debilitado por factores como la falta de canales de comunicación efectivos, la carga de trabajo de los tutores, la falta de capacitación de los profesionales de la educación para abordar la diversidad familiar y la persistencia de modelos de gestión excluyentes. Por otro lado, se identificaron estrategias para fomentar la confianza, como la creación de espacios de escucha, el fomento de la participación en la toma de decisiones y la valoración

del conocimiento familiar. La conclusión fue que fortalecer los vínculos de colaboración entre escuelas y tutores requiere una planificación deliberada, profesionales de la educación cualificados y la reestructuración de la dinámica institucional.

Palabras clave: Corresponsabilidad. Mediación Escolar. Participación Comunitaria. Formación Ciudadana. Vínculo Educativo.

1 INTRODUÇÃO

A articulação entre os espaços educativos formais e os contextos familiares constituiu, ao longo das últimas décadas, um objeto recorrente de reflexão na área da educação. A solidificação da escola como instituição social responsável pela sistematização do conhecimento não eliminou o papel central da família na formação moral, afetiva e social dos indivíduos. Ao contrário, ampliou-se a compreensão de que ambas as instâncias exercem funções educativas complementares, cujas ações, quando articuladas, favorecem o desenvolvimento integral dos educandos. Em um cenário marcado por desigualdades sociais, por mudanças nas configurações familiares e por desafios pedagógicos cada vez mais complexos, discutir a ‘parceria escola e família’ revelou-se fundamental para compreender os fatores que influenciam o êxito escolar e a permanência dos estudantes na trajetória educacional.

A escolha do tema justificou-se pela constatação, reiterada por diversas pesquisas acadêmicas, de que a ausência de diálogo entre a escola e a família ainda constitui um entrave à construção de ambientes escolares mais democráticos, inclusivos e colaborativos. A realidade observada em redes públicas e privadas de ensino indicou que, embora a legislação educacional brasileira reconheça a ‘corresponsabilidade’ entre escola e família, tal princípio permanece muitas vezes apenas no plano normativo. A fragilidade dos vínculos institucionais, a falta de canais eficazes de comunicação e a concepção hierárquica que ainda rege parte das práticas pedagógicas têm contribuído para a perpetuação de uma relação marcada por distanciamentos e incompreensões. Assim, investigou-se de que modo essa articulação pode ser fortalecida, e quais são os limites e possibilidades que a caracterizam.

A questão norteadora da presente pesquisa foi: ‘De que forma a parceria entre escola e família pode ser compreendida como um elemento chave para o sucesso escolar?’ A partir dessa pergunta, estabeleceu-se como objetivo geral analisar, à luz da literatura educacional, os fundamentos, os entraves e as estratégias relacionadas à parceria entre escola e família no contexto da formação do educando. Como objetivos específicos, buscou-se: (a) identificar as funções educativas desempenhadas pela escola e pela família no processo formativo; (b) examinar os principais fatores que dificultam o estabelecimento de uma relação colaborativa entre essas instituições; e (c) apresentar estratégias que possam contribuir para o fortalecimento dessa parceria, com base em referenciais teóricos contemporâneos.

A pesquisa desenvolvida teve caráter qualitativo e baseou-se em uma metodologia de cunho bibliográfico. Foram selecionadas fontes acadêmicas pertinentes ao campo da educação, especialmente artigos científicos, capítulos de livros e documentos institucionais que abordam diretamente a relação entre escola e família. A busca por materiais foi realizada por meio da plataforma *Google Acadêmico*,

que indexa publicações científicas em diversas áreas do conhecimento. Os critérios de seleção incluíram o recorte temporal de 1997 a 2025, a relevância temática, a autoria identificada e a linguagem acadêmica. A análise do material coletado foi organizada em três eixos temáticos. As ideias de Narciso e Santana (2025) fundamentaram a escolha metodológica, ao conceituarem a pesquisa bibliográfica como um instrumento capaz de promover análise crítica e reflexão fundamentada sobre temas amplamente discutidos pela literatura especializada.

A fundamentação teórica do trabalho esteve amparada em autores reconhecidos no campo da educação, como Gadotti, Valadão e Santos, Weil, Tavares e Ribeiro, além de estudos recentes que contribuíram para a atualização do debate. Esses referenciais permitiram discutir a relação entre escola e família sob diferentes perspectivas: pedagógica, institucional, política e cultural, possibilitando compreender a complexidade da temática e a necessidade de abordagens integradas.

O artigo encontra-se estruturado em três capítulos principais. No primeiro capítulo, intitulado ‘Funções Educativas Complementares: O Papel Articulador da Escola e da Família’, foram discutidos os papéis que cada instituição desempenha na formação dos sujeitos e a importância da articulação entre ambas para o êxito educacional. O segundo capítulo, denominado ‘Fatores que Comprometem o Vínculo Escola-Família: Obstáculos Estruturais e Culturais’, tratou dos elementos que dificultam essa relação, como a sobrecarga dos responsáveis, a ausência de canais de escuta e as barreiras simbólicas no interior da escola. No terceiro capítulo, ‘Caminhos para o Fortalecimento da Parceria Escola-Família: Estratégias de Aproximação e Mediação’, foram analisadas ações pedagógicas, comunicacionais e institucionais voltadas ao estreitamento dos laços entre as duas instâncias educativas.

Dessa forma, o artigo foi dividido em cinco seções principais: a introdução, que contextualiza o tema, justificou a escolha e apresentou os objetivos e a metodologia; o capítulo 1, que discutiu as funções educativas complementares; o capítulo 2, que abordou os fatores que dificultam o vínculo entre escola e família; o capítulo 3, que tratou das estratégias para o fortalecimento dessa parceria; e, por fim, as seções de ‘Resultados e Discussões’ e de ‘Considerações Finais’, nas quais foram sistematizadas as conclusões e apresentadas sugestões para pesquisas futuras.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo baseou-se em uma pesquisa bibliográfica, considerada adequada para o propósito de analisar e criticar as contribuições de autores consagrados no campo das metodologias científicas aplicadas à educação. Esse tipo de abordagem permitiu reunir, sistematizar e interpretar um conjunto de produções teóricas previamente publicadas, favorecendo uma reflexão

crítica sobre o objeto em questão: a parceria entre escola e família como fator determinante para o sucesso escolar. A opção por essa metodologia justifica-se pela natureza qualitativa da investigação, que buscou compreender os fundamentos conceituais, as contradições e os avanços no debate acadêmico sobre o tema. De acordo com Narciso e Santana (2025, p. 19461),

[...] a metodologia adotada neste estudo baseou-se em uma pesquisa bibliográfica, considerada adequada para o propósito de analisar e criticar as contribuições de autores consagrados no campo das metodologias científicas aplicadas à educação.

Ainda segundo os mesmos autores, “esse tipo de pesquisa caracteriza-se pela análise de fontes teóricas já consolidadas, possibilitando uma reflexão sobre o tema” Narciso e Santana (2025, p. 19461). Assim, a pesquisa bibliográfica mostrou-se compatível com os objetivos estabelecidos, que envolveram a identificação das funções educativas da escola e da família, a análise dos obstáculos à articulação entre ambas e a proposição de estratégias de aproximação.

O processo metodológico ocorreu em etapas interdependentes. A primeira consistiu na delimitação do corpus documental, o qual incluiu artigos científicos, livros e produções acadêmicas disponíveis em meio digital e físico. Em seguida, foram definidos os critérios de inclusão e exclusão das fontes, priorizando-se textos com abordagem educativa explícita, autoria identificada, linguagem acadêmica e publicação entre os anos de 1997 e 2025. Foram excluídos documentos opinativos, materiais sem revisão científica ou que tratassem do tema de forma tangencial. A pesquisa utilizou recursos digitais e físicos para acessar os materiais, incluindo bibliotecas acadêmicas, plataformas online de periódicos e editoras reconhecidas como Santana e Narciso, (2025, p. 1579).

Para garantir a coerência e o rigor na seleção das fontes, empregaram-se palavras-chave simples e objetivas, delimitadas por aspas curvas e simples, como: ‘parceria escola e família’, ‘função educativa da escola’, ‘envolvimento dos pais na escola’, ‘obstáculos à participação familiar’, ‘comunicação escola-família’ e ‘estratégias de aproximação’. Essas expressões foram combinadas para refinar os resultados das buscas e evitar o retorno de documentos não pertinentes ao escopo da pesquisa.

Como base de dados principal, utilizou-se a plataforma *Google Acadêmico*, ferramenta gratuita de busca de produção científica, mantida pela empresa *Google*. Essa plataforma indexa livros, dissertações, artigos e capítulos de obras provenientes de universidades, editoras acadêmicas e periódicos científicos, permitindo acesso facilitado a conteúdos revisados por pares. Sua escolha se justifica pela amplitude de cobertura temática, acessibilidade e pela atualização constante dos materiais.

O levantamento e a análise das fontes foram conduzidos com base em critérios éticos, metodológicos e técnicos, assegurando a fidelidade às ideias dos autores consultados. Segundo afirmam Santana e Narciso (2025, p. 1579), “todo o processo foi guiado por critérios éticos, garantindo a citação adequada das obras e o respeito à propriedade intelectual dos autores consultados”. Após a organização dos materiais, procedeu-se à sistematização dos conteúdos em eixos temáticos que estruturaram o desenvolvimento do artigo: (i) as funções complementares de escola e família; (ii) os fatores que dificultam a articulação entre ambas; e (iii) os caminhos para o fortalecimento dessa relação.

A metodologia bibliográfica, portanto, permitiu alcançar os objetivos propostos com profundidade analítica e rigor acadêmico, contribuindo para a elaboração de um quadro teórico coerente, articulado e crítico sobre a relevância da parceria escola-família para o êxito educacional.

3 FUNÇÕES EDUCATIVAS COMPLEMENTARES: O PAPEL ARTICULADO DA ESCOLA E DA FAMÍLIA

A compreensão da educação como processo integral implica reconhecer que a formação do sujeito não se restringe ao espaço escolar, tampouco pode ser delegada exclusivamente à família. Trata-se, antes, de uma ação compartilhada entre duas instituições historicamente estruturadas para exercer funções pedagógicas complementares. A família, como primeiro núcleo de socialização, insere a criança no universo simbólico, afetivo e normativo; a escola, por sua vez, assume a tarefa de sistematizar os saberes socialmente legitimados, promovendo o desenvolvimento cognitivo, crítico e ético dos educandos. Nesse sentido, a articulação entre essas duas instâncias configura-se como um eixo fundamental da formação plena da criança e do adolescente.

Conforme defendem Silva, Gama e Silva (2025, p. 18), “família e escola estão atreladas a inúmeros desafios, no que se refere à formação integral do educando”, e não é possível compreender o insucesso escolar sem considerar a qualidade da interação entre esses dois polos. A ausência de uma parceria estruturada entre escola e responsáveis contribui para o enfraquecimento dos vínculos pedagógicos, prejudicando a trajetória acadêmica dos estudantes. O diálogo entre educadores e pais é, portanto, condição para a criação de um ambiente que favoreça o processo de aprendizagem e o bem-estar escolar. Ainda nesse contexto, Valadão e Santos (1997, p. 8) destacam que,

[...] a escola, além de fornecer modelos comportamentais, fontes de conhecimento e de ajuda para o alcance da independência emocional da família, também passa a ser o local para a formação do ser social.

Essa concepção desloca a escola de uma função meramente técnica para uma função política e social mais ampla, em que a formação do sujeito é compreendida como construção coletiva e dialógica. Dessa forma, a escola não atua de forma isolada, mas como continuação – e por vezes contraponto – das experiências vividas no seio familiar.

Conforme apontado por Weil (2002), cabe à escola assumir o compromisso de integrar as famílias ao processo educativo de modo participativo, sendo desejável o desenvolvimento de ações que estimulem o protagonismo dos pais na dinâmica escolar. Essa proposição reforça a tese de que a participação familiar não se limita a comparecimentos formais, como reuniões e assinaturas de boletins, mas deve se concretizar em práticas de escuta, colaboração e corresponsabilidade na construção do projeto educativo. A escola, portanto, deve criar canais de participação qualificada, nos quais os responsáveis possam expressar suas expectativas e compreender as exigências do processo de escolarização.

Paralelamente, Gadotti (2000, p. 17) reforça a importância da gestão democrática como forma de integração entre escola e comunidade, afirmando que “pais, alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola”. Essa perspectiva amplia a noção de educação como prática coletiva e propõe que o processo pedagógico deve envolver todos os sujeitos implicados, superando a lógica verticalizada e burocrática de gestão. A escola, ao se reconhecer como espaço público de formação cidadã, deve se articular com as famílias em torno de objetivos comuns, garantindo não apenas a permanência do aluno, mas sua efetiva aprendizagem.

Sob outro enfoque, Brasil (1996, p. 29), por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando”. Essa formulação legal reafirma a responsabilidade compartilhada entre os entes públicos e os núcleos familiares, rejeitando tanto a delegação absoluta da educação à escola quanto a omissão da família em relação ao acompanhamento formativo dos filhos. A LDB, ao estabelecer essa diretriz, cria um imperativo normativo para a construção de parcerias efetivas entre os sujeitos educativos.

Contudo, a efetivação dessa parceria enfrenta entraves históricos, culturais e institucionais que dificultam o diálogo entre escola e família. Em muitos contextos, prevalece a lógica da responsabilização unilateral: a escola exige da família posturas colaborativas, sem criar espaços de participação; a família, por sua vez, transfere à escola a tarefa de formar os filhos, sem reconhecer sua própria influência no processo formativo. Essa dissociação de funções compromete a coerência entre os discursos normativos e as práticas cotidianas da educação.

É nesse sentido que Valadão e Santos (1997, p. 50) argumentam que “família e escola juntas criem uma força de trabalho para superarem as suas dificuldades, construindo uma identidade própria e coletiva”. A construção de uma identidade educativa compartilhada exige não apenas reconhecimento mútuo das funções, mas também disposição para o enfrentamento conjunto dos desafios pedagógicos. A escola precisa compreender a diversidade das estruturas familiares, evitando práticas discriminatórias e estigmatizantes; ao mesmo tempo, as famílias devem buscar aproximar-se dos espaços escolares com uma postura crítica, mas comprometida com o processo de ensino-aprendizagem. Além disso, como salientam Silva, Gama e Silva (2025, p. 19),

[...] a família precisa tomar posse de seu papel frente ao processo de escolarização de seu filho, estando ciente que a sua participação faz toda a diferença na educação da criança.

Essa afirmação reforça a ideia de que o envolvimento familiar não é complementar, mas essencial ao êxito escolar. A ausência sistemática dos responsáveis nas ações escolares – seja por desinformação, seja por razões estruturais – tende a produzir lacunas no acompanhamento do aluno, fragilizando sua motivação, sua autoestima e sua vinculação com o conhecimento.

Não obstante os avanços legislativos e discursivos, a realidade escolar revela que a articulação entre escola e família ainda ocorre de forma pontual e desarticulada. Muitas vezes, o vínculo se estabelece apenas em momentos de crise – como episódios de indisciplina ou baixo rendimento – configurando-se como um contato reativo, e não propositivo. Para reverter esse padrão, é necessário que ambas as instituições desenvolvam uma cultura de cooperação contínua e dialógica, sustentada por princípios de confiança mútua, respeito e escuta ativa.

A esse respeito, Weil (2002, p. 68) destaca que “sejam encontros significativos no qual pais e professores tenham a oportunidade de conhecerem melhor, expondo seus medos, anseios e expectativas”. Essa proposição sugere a necessidade de repensar os formatos tradicionais de reunião e comunicação escolar, que muitas vezes desconsideram as realidades socioculturais das famílias. A adoção de práticas mais dialógicas, horizontais e inclusivas pode favorecer a construção de uma parceria educativa sólida, com impactos positivos sobre o desempenho acadêmico e a socialização dos estudantes.

Ademais, é necessário reconhecer que a articulação entre escola e família assume contornos diferentes conforme o contexto em que se insere. Em regiões marcadas por desigualdade social, violência urbana ou baixa escolaridade parental, a escola desempenha frequentemente funções ampliadas, assumindo responsabilidades que extrapolam o campo da instrução formal. Nesse sentido,

torna-se ainda mais relevante que as ações educativas estejam alinhadas com a realidade das famílias, evitando impor modelos normativos distantes das experiências cotidianas dos educandos.

Sob essa ótica, a formação docente deve incluir competências voltadas à mediação de conflitos e ao fortalecimento de vínculos com os responsáveis. A atuação do professor enquanto agente de articulação entre escola e comunidade exige preparo técnico e sensibilidade social. Isso inclui, por exemplo, a capacidade de acolher as diferenças, identificar as potencialidades do ambiente familiar e traduzir as demandas educativas em estratégias pedagógicas compatíveis com a diversidade cultural dos estudantes.

Além do preparo dos docentes, é fundamental que os gestores escolares promovam políticas de aproximação com a comunidade, integrando os familiares às decisões institucionais. A criação de conselhos escolares, associações de pais e fóruns participativos pode favorecer esse processo, desde que acompanhada de formação adequada e clareza dos objetivos institucionais. O simples convite à presença física dos pais, sem que haja escuta efetiva, não configura participação democrática, mas sim formalismo vazio.

Por fim, retoma-se a centralidade do princípio da complementaridade entre família e escola, reconhecendo que essa relação, para além de necessária, é constitutiva do direito à educação. A construção de um projeto pedagógico comprometido com a equidade e com o desenvolvimento humano pressupõe, necessariamente, o engajamento de todos os sujeitos implicados no processo educativo. Assim, a articulação entre escola e família deve deixar de ser exceção e tornar-se prática fundante de toda experiência formativa. Apesar do reconhecimento teórico e normativo das funções complementares entre escola e família, observa-se que a concretização dessa articulação enfrenta resistências e descompassos que comprometem sua efetividade. Tais obstáculos, de natureza estrutural e simbólica, serão examinados a seguir.

4 FATORES QUE COMPROMETEM O VÍNCULO ESCOLA-FAMÍLIA: OBSTÁCULOS ESTRUTURAIS E CULTURAIS

Apesar do reconhecimento jurídico e pedagógico da importância da parceria entre escola e família, diversos fatores continuam a comprometer a efetivação desse vínculo. A realidade educacional brasileira revela que há lacunas significativas no envolvimento dos responsáveis com a trajetória escolar dos filhos, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade socioeconômica. A ausência de articulação entre as instituições decorre, em parte, de limitações estruturais, como o excesso de trabalho dos pais, e, por outro lado, de barreiras culturais e simbólicas que afastam os sujeitos do ambiente escolar.

De acordo com Santos e Sales (2025, p. 265), “a família hoje tem se ausentado da escola por uma série de fatores tais como: trabalho; ausência de diálogo familiar; pouco conhecimento a respeito de suas funções; entre outros fatores”. Essa constatação remete à necessidade de se compreender o envolvimento parental a partir de suas condições concretas de existência. Não se pode exigir participação ativa sem considerar as jornadas extenuantes, a precariedade das moradias, a baixa escolaridade dos pais e as limitações de acesso aos meios de comunicação institucionalizados pela escola.

Além das limitações materiais, observa-se também um distanciamento simbólico entre a linguagem da escola e os saberes populares oriundos das famílias. A escola, muitas vezes, adota uma postura tecnocrática e verticalizada, que desvaloriza os conhecimentos cotidianos e dificulta a aproximação com os responsáveis. Conforme afirmam Silva, Gama e Silva (2025, p. 20),

[...] na maioria das vezes, devido os pais estarem com uma carga horária de trabalho excessiva, não possuem tempo para participar de forma ativa da educação dos filhos e com isso têm transferido essa incumbência para a escola.

Tal delegação das responsabilidades educacionais à escola, embora frequente, não exime a família de seu papel formativo, mas tende a encobri-lo diante das exigências impostas pelas condições de vida. Assim, interpretar a ausência dos responsáveis como simples negligência revela-se insuficiente. Em muitos casos, observa-se entre os pais um sentimento de inadequação em relação ao ambiente escolar, percebido como excessivamente técnico, formal e pouco acessível. Esse distanciamento tende a manifestar-se de forma distinta entre os contextos educacionais: enquanto os responsáveis por alunos do setor privado costumam exercer maior protagonismo nas decisões escolares, aqueles vinculados à rede pública frequentemente adotam uma postura de menor interferência, marcada pela insegurança quanto à legitimidade de sua participação.

Essa diferença de postura entre famílias de distintas classes sociais reflete não apenas desigualdades de ordem material, como renda e acesso a recursos, mas também distinções simbólicas, vinculadas ao capital cultural historicamente acumulado por determinados grupos. Frequentemente, o contato entre escola e responsáveis limita-se a situações críticas, como ocorrências disciplinares ou desempenho insatisfatório, o que reforça uma lógica reativa de comunicação e dificulta a construção de vínculos propositivos e contínuos. Tal prática contribui para consolidar uma imagem institucional associada à punição e à repreensão, o que desencoraja um envolvimento contínuo e colaborativo por parte dos pais. Além disso, muitos responsáveis alegam dificuldades para comparecer às atividades escolares, apontando fatores como a repetição dos temas discutidos nas reuniões, a coincidência de

horários com as jornadas de trabalho e a ausência de uma comunicação prévia eficiente por parte da escola. Esses elementos, somados, contribuem para o distanciamento entre os sujeitos e dificultam a construção de um vínculo educativo mais estável e participativo.

É preciso, portanto, considerar que os modelos tradicionais de comunicação entre escola e família são insuficientes para promover uma parceria efetiva. A predominância de formas unidirecionais de informação, como bilhetes e circulares, não garante a construção de vínculos e o compartilhamento de responsabilidades. Para que o diálogo se estabeleça, é necessário reconhecer as formas legítimas de expressão das famílias, respeitar seus tempos e criar espaços de escuta real. Conforme afirmam Silva, Gama e Silva (2025, p. 22), “é difícil aos pais assegurar a seus filhos a paz e o equilíbrio de que tanto necessitam e essa insegurança certamente se refletirá na vida escolar”.

Outro ponto relevante reside na fragilidade das políticas públicas voltadas à mediação entre escola e comunidade. A inexistência de profissionais especializados nesse tipo de articulação, como educadores sociais ou mediadores comunitários, compromete a capacidade da escola de compreender as demandas específicas das famílias e de atuar de forma preventiva em relação aos conflitos escolares. A presença de profissionais com escuta qualificada e formação intercultural é imprescindível para estabelecer pontes entre os distintos mundos que se encontram no cotidiano escolar.

Além disso, a formação docente ainda carece de componentes curriculares que abordem as relações escola-família sob uma perspectiva crítica e contextualizada. Em muitos cursos de licenciatura, os conteúdos referentes à gestão participativa, comunicação interpessoal e mediação de conflitos são tratados de maneira superficial ou marginal. Isso contribui para que os professores ingressem na profissão com pouca preparação para dialogar com as famílias, sobretudo em realidades marcadas por desigualdades estruturais. Como alertam Santos e Sales (2025, p. 268), “a escola não sustenta ou jamais tenha sustentado a posição de substituta da família, superando a visão comum em transferir cada vez mais a responsabilidade da educação dos filhos”.

Há, portanto, uma incongruência entre o discurso da corresponsabilidade e a prática efetiva das escolas. Embora os documentos oficiais enfatizem a necessidade de envolvimento familiar, observa-se que as ações institucionais não são, em geral, planejadas para facilitar essa aproximação. A cultura escolar continua ancorada em uma lógica transmissiva e disciplinadora, pouco aberta à diversidade das configurações familiares e à pluralidade dos saberes comunitários. Silva, Gama e Silva (2025, p. 26) apontam que “nenhuma das duas instituições conseguem estabelecer de forma nítida qual o seu verdadeiro papel ou função e com isso quem sofre é o aluno”.

Nesse contexto, a ausência dos responsáveis não pode ser compreendida como simples desinteresse, mas como sintoma de uma relação tensionada e historicamente marcada por assimetrias

de poder. A escola, enquanto instituição moderna, carrega um capital simbólico que pode intimidar e excluir famílias que não compartilham os mesmos códigos linguísticos e culturais. Assim, construir uma relação mais horizontal e dialógica exige rever não apenas procedimentos administrativos, mas também concepções pedagógicas e representações sociais dos sujeitos envolvidos.

Conforme afirmam Santos e Sales (2025, p. 265), “ao não acompanhar seus filhos na escola, a família perde a oportunidade de estabelecer vínculos indispensáveis para o desenvolvimento saudável da criança”. Essa ausência repercute não apenas no rendimento acadêmico, mas também na construção da identidade do estudante, que tende a perceber a escola como espaço isolado de sua experiência familiar. A fragilidade desses vínculos compromete o desenvolvimento integral da criança, afetando seu desempenho cognitivo, sua estabilidade emocional e sua relação com os pares.

A superação desses entraves demanda esforços institucionais contínuos, planejamento pedagógico específico e formação crítica dos profissionais da educação. Embora as condições materiais das famílias não possam ser ignoradas, é possível promover aproximações significativas por meio da escuta ativa, do reconhecimento das subjetividades e da valorização das narrativas comunitárias. Os projetos pedagógicos devem prever estratégias concretas de integração com a comunidade, assegurando que a presença das famílias na escola seja qualificada, respeitosa e efetiva.

Finalmente, é imprescindível que os gestores escolares assumam papel ativo na construção de uma cultura de participação. A criação de fóruns permanentes de diálogo, a revisão das formas tradicionais de convocação dos pais e o desenvolvimento de ações pedagógicas em conjunto com a comunidade são caminhos viáveis para o fortalecimento da parceria educativa. Nesse processo, é fundamental superar as práticas simbólicas de exclusão e reafirmar o direito das famílias à participação no cotidiano escolar.

Assim, os obstáculos que comprometem o vínculo escola-família não devem ser naturalizados nem tratados de forma simplista. É preciso reconhecê-los em sua complexidade, compreendendo que são resultado de uma série de fatores interdependentes – sociais, econômicos, culturais e institucionais. Somente por meio da compreensão crítica dessas dinâmicas será possível propor caminhos mais efetivos para o fortalecimento da parceria educativa.

5 CAMINHOS PARA O FORTALECIMENTO DA PARCERIA ESCOLA-FAMÍLIA: ESTRATÉGIAS DE APROXIMAÇÃO E MEDIAÇÃO

Superadas as discussões acerca da relevância da articulação entre escola e família e das dificuldades que comprometem tal vínculo, torna-se necessário examinar as possibilidades concretas de aproximação entre essas instâncias. O fortalecimento da parceria não é um processo espontâneo,

mas requer planejamento institucional, formação contínua e redefinição das práticas escolares, de modo a construir uma cultura participativa e dialógica. A ausência de vínculos estáveis entre pais e educadores compromete o projeto pedagógico e, por isso, estratégias de mediação devem ser parte constitutiva da organização escolar.

Um dos primeiros passos para a reconfiguração dessa relação consiste na revisão das práticas tradicionais de comunicação. A simples emissão de informativos e bilhetes unidirecionais não basta para construir confiança mútua. É necessário desenvolver espaços de escuta efetiva, nos quais as famílias possam ser reconhecidas como interlocutoras legítimas e não como meras coadjuvantes do processo educativo. Nesse sentido, Santos e Sales (2025, p. 273) destacam que “é necessário que a escola crie espaços de acolhimento e cooperação, favoráveis ao diálogo com as famílias”.

A construção de uma política de escuta requer também o reconhecimento da diversidade das experiências familiares. Muitas vezes, os formatos tradicionais de reunião escolar não contemplam os horários disponíveis dos pais ou não consideram suas condições de deslocamento. Para superar essas barreiras, é fundamental que a escola flexibilize seus canais de interação, utilizando estratégias como atendimentos individualizados, encontros em horários alternativos, uso de meios digitais e organização de atividades presenciais que envolvam diretamente os alunos e suas famílias. Como apontam Tavares e Ribeiro (2025, p. 93), “é essencial que a escola disponibilize espaços e estratégias que facilitem a comunicação com as famílias”.

Além da comunicação eficiente, é preciso que a escola desenvolva práticas pedagógicas voltadas à valorização dos saberes familiares. Essa valorização pode ocorrer por meio da participação dos pais em projetos interdisciplinares, oficinas temáticas, rodas de conversa ou feiras culturais, nas quais os conhecimentos comunitários sejam integrados ao currículo formal. Tal estratégia amplia o sentido de pertencimento dos responsáveis e contribui para a valorização das identidades dos estudantes. Conforme enfatizam Silva, Gama e Silva (2025, p. 23), “a participação da família é primordial no espaço escolar, haja vista o fato de a criança desenvolver comportamentos advindos de momentos vivenciados em sua vida diária”.

Ademais, a atuação da equipe gestora é determinante na construção de uma cultura institucional orientada pela corresponsabilidade. Cabe à direção escolar fomentar ações que promovam a presença das famílias não apenas em eventos formais, mas também em momentos de escuta, consulta e deliberação. A criação e o fortalecimento de conselhos escolares, grêmios estudantis, associações de pais e comissões de gestão democrática são instrumentos eficazes para assegurar a participação qualificada da comunidade. A esse respeito, Gadotti (2000, p. 17) observa que “na gestão democrática, pais, alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola”.

A democratização das instâncias decisórias implica também a formação crítica dos sujeitos envolvidos. Muitas famílias não estão familiarizadas com o funcionamento da escola pública nem com os direitos que possuem no processo educacional. Portanto, a escola deve investir em ações de formação voltadas aos responsáveis, apresentando informações sobre legislação, currículo, avaliação e direitos educacionais. Essa ação pedagógica fortalece a autonomia dos pais e reduz as assimetrias de poder que historicamente marcam a relação entre escola e comunidade.

Outro aspecto relevante refere-se à formação docente. Para que os professores desenvolvam uma postura acolhedora e dialógica, é imprescindível que os cursos de licenciatura contemplem em sua matriz curricular conteúdos relacionados à comunicação com a família, à mediação de conflitos e à gestão participativa. A ausência desses componentes dificulta a atuação qualificada dos educadores e favorece posturas reativas, punitivas ou indiferentes diante das manifestações das famílias. Tavares e Ribeiro (2025, p. 94) sugerem, por exemplo, que “a escola promova atividades recreativas que possam ser praticadas conjuntamente, permitindo que as famílias se envolvam de maneira mais afetiva e produtiva”.

Cabe destacar ainda a relevância de atividades que integrem os responsáveis de forma lúdica e significativa. Festas culturais, gincanas pedagógicas, oficinas intergeracionais e mutirões escolares são oportunidades para fortalecer os laços entre a escola e a comunidade, sem reduzir a participação a momentos burocráticos. Nessas ocasiões, é possível construir vínculos afetivos, promover reconhecimento mútuo e ampliar o repertório cultural dos envolvidos. Weil (2002, p. 68) argumenta que “pais e professores têm a oportunidade de conhecerem melhor, expondo seus medos, anseios e expectativas, colaborando para integrarem a criança da melhor forma possível”.

Além do caráter afetivo e simbólico dessas ações, é necessário garantir sua intencionalidade pedagógica. A parceria entre escola e família não deve se limitar a eventos comemorativos, mas deve estar vinculada ao projeto político-pedagógico da instituição. Isso significa que toda ação voltada à aproximação com os responsáveis precisa estar orientada pelos objetivos educacionais, de forma que contribua para a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes. Conforme afirmam Valadão e Santos (1997, p. 22), “a criança constrói o seu modelo de aprendiz e se relaciona com todo o conhecimento adquirido durante sua experiência de vida primária”.

Outra via importante para a aproximação consiste na atuação da escola como espaço de proteção social. Em muitas comunidades, a instituição escolar é o único equipamento público em funcionamento contínuo. Nesse sentido, é possível desenvolver parcerias intersetoriais com serviços de assistência social, saúde, cultura e esporte, articulando uma rede de apoio ao estudante e sua família.

Essa atuação ampliada da escola fortalece a confiança das famílias e contribui para a criação de um ambiente educativo integrado.

Além disso, a escuta das crianças pode se tornar uma ponte entre a escola e os responsáveis. Ao compartilhar com os pais as percepções dos alunos sobre o ambiente escolar, os educadores podem favorecer uma maior aproximação entre os contextos vividos. Novello (1997, p. 35) ressalta que “os pais devem incentivar a criança por meio de seu exemplo, indicando, distinguindo, avaliando e particularizando as atitudes que são morais ou não”. Assim, ao reconhecer as manifestações infantis como mediações legítimas, fortalece-se o elo entre os espaços de convivência da criança.

Por fim, a escola deve assumir o compromisso ético de revisar permanentemente suas práticas de interação com as famílias. A autocrítica institucional é condição para que se reconheçam posturas excludentes, falhas de comunicação e resistências à escuta. Ao reformular suas estratégias e escutar as comunidades, a escola reafirma seu papel como espaço público de formação democrática. Valadão e Santos (1997, p. 50) reforçam esse imperativo ao afirmarem que “é fundamental que se encarem como parceiras de caminhada, pois ambas são responsáveis pelo que produzem – podendo reforçar ou contrariar a influência uma da outra”.

Portanto, os caminhos para o fortalecimento da parceria entre escola e família demandam ação intencional, planejamento participativo e revisão de concepções pedagógicas. A corresponsabilidade educativa não deve ser apenas um princípio retórico, mas uma prática permanente, sustentada pelo reconhecimento mútuo, pelo diálogo contínuo e pela atuação conjunta. Somente dessa forma será possível consolidar uma escola democrática, capaz de responder às exigências formativas do século XXI.

6 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

A análise teórica dos documentos selecionados permitiu evidenciar que a articulação entre escola e família desempenha papel determinante no processo de desenvolvimento escolar dos educandos, especialmente na cimentação de práticas educativas que favoreçam a formação integral. A partir dos três eixos temáticos discutidos — funções educativas complementares, obstáculos estruturais e culturais e estratégias de mediação —, foi possível constatar que a parceria entre as duas instituições não é apenas desejável, mas necessária para a efetividade da ação pedagógica. Verificou-se, de maneira consistente, que a ausência de comunicação e a indefinição de papéis compromete não apenas o desempenho acadêmico, mas também a construção de vínculos afetivos e sociais entre os sujeitos da comunidade escolar.

Nesse contexto, a principal conclusão que se extrai é que a complementaridade entre os papéis da família e da escola requer um modelo de corresponsabilidade baseado na escuta mútua, no reconhecimento dos saberes populares e na superação de práticas hierarquizantes que excluem os responsáveis do planejamento educacional. A escola deve se abrir a novos formatos de participação, mais condizentes com as realidades socioeconômicas dos responsáveis, ao passo que as famílias precisam reconhecer a relevância da sua presença ativa na trajetória formativa dos filhos. Tal constatação confirma os estudos de Gadotti (2000) e Weil (2002), ao apontarem que a gestão democrática do espaço escolar depende da atuação efetiva de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo.

O significado dessas descobertas transcende a simples identificação de boas práticas: trata-se de um alerta à necessidade de revisão estrutural dos modos como as instituições educacionais vêm tratando a relação com a comunidade. Ainda que o discurso oficial preveja a centralidade do envolvimento familiar na política educacional, as evidências indicam que esse envolvimento permanece frequentemente limitado a ações pontuais e formais, como reuniões bimestrais e assinatura de documentos. A literatura de Valadão e Santos (1997) sugere que a ausência de práticas concretas de inclusão reflete uma cultura escolar que prioriza a eficiência administrativa em detrimento da escuta participativa.

As descobertas obtidas no presente estudo também dialogam com outros trabalhos desenvolvidos em diferentes contextos da literatura educacional. Pesquisas conduzidas por Tavares e Ribeiro (2025) reforçam que a ausência de canais acessíveis de comunicação entre escola e família contribui para o enfraquecimento da confiança mútua, dificultando a intervenção preventiva em casos de fracasso escolar. Da mesma forma, o levantamento feito por Santos e Sales (2025) em contextos de alta vulnerabilidade social demonstrou que o engajamento familiar é sensivelmente menor em regiões periféricas, onde o capital cultural e as condições materiais das famílias limitam sua participação. Tais evidências confirmam a necessidade de reorientar as políticas escolares com base na equidade e na justiça social.

Entretanto, é necessário reconhecer que as descobertas aqui apresentadas também enfrentam limitações. Primeiramente, os dados analisados provêm exclusivamente de estudos teóricos e empíricos publicados em contexto nacional, o que restringe a generalização dos achados a outras realidades culturais. Além disso, o enfoque qualitativo das fontes dificulta a mensuração precisa do impacto da participação familiar nos indicadores de desempenho escolar, embora tal correlação seja sustentada por diversos autores da área. A literatura também aponta que muitas ações de aproximação

são dificultadas por entraves institucionais, como a sobrecarga das equipes escolares, a falta de formação para o diálogo intercultural e a precariedade das estruturas físicas das unidades de ensino.

Adicionalmente, certos resultados revelaram aspectos contraditórios ou inconclusivos. Por exemplo, embora a maior parte dos autores defendam a necessidade de fortalecer o vínculo escola-família, não há consenso sobre quais estratégias são mais eficazes. Enquanto alguns apontam para a criação de conselhos escolares como forma de democratizar a gestão (Gadotti, 2000), outros alertam para a ineficácia dessas instâncias quando não há mediação qualificada e escuta efetiva (Weil, 2002). Outro ponto de tensão reside na percepção dos professores, que, segundo os dados analisados, muitas vezes se sentem despreparados para interagir com famílias de perfis socioculturais diversos — o que exige não apenas capacitação técnica, mas também mudanças profundas nas concepções pedagógicas.

Esses achados indicam a necessidade de continuidade nas investigações sobre o tema. Recomenda-se que futuras pesquisas ampliem o escopo metodológico, incorporando estudos de abordagem quantitativa capazes de mensurar o impacto da participação familiar sobre a aprendizagem dos estudantes em diferentes níveis de ensino. Também seria pertinente o desenvolvimento de estudos comparativos entre regiões, redes de ensino e diferentes modelos de gestão escolar, com vistas a identificar práticas bem-sucedidas que possam ser replicadas. Outra linha de investigação relevante refere-se à formação inicial e continuada dos docentes no que tange à relação escola-comunidade, dado o papel central que os professores exercem na mediação entre as famílias e a instituição.

Dessa forma, conclui-se que os resultados obtidos, embora parciais, fornecem subsídios teóricos e práticos para o aprimoramento das políticas de gestão escolar e para a reconstrução da cultura de participação. A construção de uma parceria autêntica entre escola e família, embora desafiadora, mostra-se como um dos caminhos mais promissores para o enfrentamento das desigualdades educacionais e para o fortalecimento de uma educação pública de qualidade socialmente referenciada.

7 CONCLUSÃO

O presente estudo, intitulado ‘Parceria Escola e Família: Elemento Chave para o Sucesso Escolar’, teve como propósito analisar, à luz de referenciais teóricos contemporâneos, a importância da articulação entre as funções educativas da família e da escola, bem como os fatores que dificultam essa interação e as estratégias possíveis para o fortalecimento dessa relação. A partir da análise dos documentos selecionados e da fundamentação teórica aplicada, foi possível responder de forma satisfatória às questões norteadoras formuladas na introdução e aprofundadas na metodologia.

A investigação permitiu compreender que a formação integral do educando depende, de modo indissociável, da cooperação entre os agentes escolares e os responsáveis legais. Verificou-se que essa

parceria, quando efetiva, contribui para o estabelecimento de um ambiente educativo mais acolhedor, para o fortalecimento dos vínculos sociais e para a melhoria dos resultados acadêmicos. A análise teórica demonstrou, ainda, que o distanciamento entre escola e família não é fruto exclusivo da omissão de uma das partes, mas sim resultado de um conjunto de barreiras históricas, culturais, institucionais e socioeconômicas que dificultam o estabelecimento de uma comunicação contínua e colaborativa.

A análise empreendida permitiu alcançar os objetivos delineados, ao demonstrar que a cooperação entre escola e família é condição essencial para a formação integral do educando. Evidenciaram-se, de um lado, as funções pedagógicas que ambas devem exercer de forma articulada; de outro, os entraves que comprometem essa relação, como a ausência de escuta institucionalizada, os limites impostos pelas condições laborais dos responsáveis e a rigidez dos modelos de gestão escolar. Por fim, discutiram-se estratégias de superação ancoradas na democratização da gestão, na formação docente voltada ao diálogo intercultural e no reconhecimento dos saberes advindos do contexto familiar.

As conclusões extraídas apontam que, embora o discurso da corresponsabilidade esteja presente nas diretrizes legais e nos documentos institucionais, sua efetivação ainda encontra limitações importantes no cotidiano escolar. O estudo evidenciou que é possível transformar essa realidade por meio de ações planejadas e sustentadas em práticas de escuta, respeito mútuo e diálogo permanente. O fortalecimento da parceria não pode ser tratado como um evento pontual, mas como um princípio organizador da política pedagógica da escola.

Considerando as lacunas identificadas ao longo da análise, sugerem-se novas investigações que incluam metodologias empíricas, com estudos de caso, entrevistas com gestores, docentes e famílias, além de análises quantitativas que permitam mensurar o impacto da participação familiar nos indicadores de rendimento escolar. Recomenda-se, ainda, a realização de pesquisas que explorem a diversidade das configurações familiares contemporâneas e seus modos específicos de se relacionar com o espaço escolar, especialmente em contextos rurais, indígenas ou marcados por alta vulnerabilidade social.

Por fim, conclui-se que o êxito da trajetória educacional dos estudantes está diretamente relacionado à existência de vínculos sólidos entre os sujeitos que compartilham a responsabilidade pela formação humana. A escola que reconhece a família como parceira e constrói com ela relações de confiança amplia suas possibilidades de promover uma educação significativa, crítica e socialmente comprometida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. (1996, p. 29). 1996.

GOKHALE, S. O. A família desaparecerá?. Revista Debates Sociais nº 30, ano XVI. Rio de Janeiro, CBSSIS, 1980.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos. ARACÊ, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.

NOVELLO, H. A relação família/escola: desafios e perspectivas. Brasília: Plano, (1997, p. 35).

SANTANA, A. C. de A.; NARCISO, R. Pilares da pesquisa educacional: autores e metodologias científicas em destaque. ARACÊ, v. 7, n. 1, p. 1577-1590, 2025.

SANTOS, I. de S.; SALES, I. da S. Aproximação família e escola: refletindo sobre os desafios desta relação no desenvolvimento escolar dos filhos. Interference Journal, v. 11, n. 1, p. 263-282, 2025.

SILVA, E. C.; GAMA, N. C. M. da; SILVA, V. M. de S. A importância da parceria entre escola e família na formação do educando. Revista Científica FESA, v. 3, n. 27, p. 16-32, 2025.

TAVARES, L. A. F.; RIBEIRO, M. da S. A importância da parceria entre escola e família no processo educativo. Revista Científica FESA, v. 3, n. 24, p. 83-110, 2025.

VALADÃO, C. R; Santos, R. de F. M. Família e escola: visitando seus discursos. São Paulo: 1997.

WEIL, P. A criança, o lar e a escola. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A. 2002.